
EXCELENTÍSSIMO (a) JUIZ (a) DE DIREITO DA Xª VARA CÍVEL DE BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL.

FULANO DE TAL, qualificado nos autos, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por intermédio da **DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL**, com fundamento no **art. 1.022, inciso II, do Código de Processo Civil**, opor **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**, nos termos abaixo.

Houve interposição de embargos declaratórios, em razão da não análise do pedido de concessão dos benefícios da gratuidade da justiça.

O Executado, em fase de conhecimento, pugnou pela concessão dos benefícios da justiça gratuita (ID nº **xxxxxxxxxx**, pág, nº), entretanto, o pleito não foi apreciado quando da prolação de sentença (ID nº **xxxxxx**). Na fase presente fase executiva, novamente, não houve apreciação do referido pedido, tornando a sentença omissa, utilizando-se o entendimento cediço de que a gratuidade de justiça estende-se do conhecimento à execução.

Acontece, porém, que, na decisão que analisou o referido declaratório, não foi explorada a presente omissão, e não foi enfrentado o pedido do benefício da justiça gratuita, que caracteriza a não fundamentação da sentença, já que não houve apreciação de todos os pedidos.

Desse modo, nos termos do art. 1.022, parágrafo único, *considera-se omissa a decisão que incorra em qualquer das condutas descritas no art. 489, §1º*. Por sua vez, o art. 489, §1º, IV, estabelece que, *“Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que: não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador”*.

Frise-se, inclusive, que a decisão sobre o Embargo de Declaração também carece de devida fundamentação, pois, ao examinar o referido embargo, foram invocados motivos que prestariam a justificar qualquer outra decisão, o que de acordo com o disposto no art. 489, §1º, III, determina uma omissão. Tratou-se, portanto, de uma decisão não fundamentada, que rejeita o pleito alegando que “a pretensão da parte embargante é reexame de matéria já decidida, que foge aos objetivos dos embargos de declaração”, não observando o intuito dos presentes embargos, que é suprir a omissão relativa ao pedido de gratuidade de justiça, que não foi analisado.

Diante do exposto, requer seja conhecido e, no mérito, provido o presente recurso, sanando-se a omissão e analisando o pedido de gratuidade de justiça (ID nº **xxxxxxxxxx**, pág, nº).

Nestes termos, pede deferimento.

Local, dia, mês e ano

DEFENSOR FULANO DE TAL